



ISSN: 1988-5245
<https://doi.org/10.51896/delos>

DELOS. DESARROLLO LOCAL SOSTENIBLE

D I C E latindex IDEAS EconPapers Dialnet InDICES CSIC MIAR Sucupira

OS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA CERTIFICAÇÃO 'SLOW FOOD' NA TERRA INDÍGENA ANDIRÁ-MARAU

Hellem Camile de Souza Silva

Bolsista de Iniciação Científica - FAPEAM
Núcleo Interdisciplinar em Pesquisas Socioambientais – NIPS
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1395-1481>
e-mail: admhellemcamile@gmail.com

William de Souza Barreto

Economista e Doutor em Desenvolvimento Regional
Professor Titular da Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Núcleo Interdisciplinar em Pesquisas Socioambientais – NIPS
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1295-7582>
e-mail: william_sbarreto@hotmail.com

Dayna do Socorro Pinto Simões

Assistente Social e Especialista
Núcleo Interdisciplinar em Pesquisas Socioambientais – NIPS
Universidade Federal do Amazonas – UFAM
ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-3129-1686>
e-mail: dayna.simoes@hotmail.com

RESUMO

A Amazônia possui incalculáveis riquezas naturais, as quais durante muito tempo foram exploradas de maneira desenfreada, resultando em grandes perdas que preocupam a sociedade. O território indígena Andirá-Marau sofreu grandes perdas com a exploração de suas plantas nativas. O objetivo geral desta pesquisa foi analisar os impactos socioambientais da utilização da certificação ambiental *Slow food* na gestão de base territorial do povo Sateré. A metodologia predominante neste estudo foram a pesquisa bibliográfica e a documental. Do ponto de vista de seus objetivos específicos, ela se caracteriza por ser descritiva. Os resultados apontam uma correlação entre os princípios da certificação *Slow food* e os princípios do Projeto Autônomo Integrado de Etnodesenvolvimento do povo Sateré-Mawé (PAIESM). Por fim, observou-se que a certificação *Slow food* indica a possibilidade de impactos positivos no território estudado.

Palavras-chave: Certificação, Impactos Socioambientais, *Slow food*, Andirá-Marau.

LOS IMPACTOS SOCIALES Y AMBIENTALES DE LA CERTIFICACIÓN DE 'SLOW FOOD' EN LA TIERRA INDÍGENA ANDIRÁ-MARAU

RESUMEN

La Amazonía tiene recursos naturales incalculables, que durante mucho tiempo fueron explotados sin restricciones, lo que provocó grandes pérdidas que preocupan a la sociedad. El territorio indígena

Andirá-Marau sufrió grandes pérdidas por la explotación de sus plantas nativas. El objetivo general de esta investigación fue analizar los impactos sociales y ambientales del uso de la certificación ambiental *Slow food* en la gestión de la base territorial del pueblo Sateré. La metodología predominante en este estudio fue la investigación bibliográfica y documental. Desde el punto de vista de sus objetivos específicos, se caracteriza por ser descriptivo. Los resultados muestran una correlación entre los principios del certificado *Slow food* y los principios del Proyecto Autónomo Integrado de Etnodesarrollo del Pueblo Sateré-Mawé (PAIESM). Finalmente, se observó que la certificación *Slow food* indica la posibilidad de impactos positivos en el territorio estudiado.

Palabras clave: Certificación, Impactos sociales y ambientales, *Slow food*, Andirá-Marau.

THE SOCIAL AND ENVIRONMENTAL IMPACTS OF 'SLOW FOOD' CERTIFICATION ON THE ANDIRÁ-MARAU INDIGENOUS LAND

ABSTRACT

The Amazon has incalculable natural resources, which for a long time were unrestrainedly exploited, resulting in great losses that concern society. The Andirá-Marau indigenous territory suffered great losses from the exploitation of its native plants. The general objective of this research was to analyze the social and environmental impacts of the use of *Slow food* environmental certification in the management of the territorial base of the Sateré people. The predominant methodology in this study was bibliographic and documentary research. From the point of view of its specific objectives, it is characterized by being descriptive. The results show a correlation between the principles of the *Slow food* certificate and the principles of the Integrated Autonomous Project for Ethnodevelopment of the Sateré-Mawé People (PAIESM). Finally, it was observed that the *Slow food* certification indicates the possibility of positive impacts in the studied territory.

Keywords: Certification, Social and Environmental Impacts, *Slow food*, Andirá-Marau.

INTRODUÇÃO

Os recursos naturais da Amazônia, na sua maioria são imensuráveis. Contudo, tem-se observado que, mesmo com todas as políticas públicas voltadas para preservação da região ainda são grandes os indícios de exploração desordenada gerando externalidades negativas tanto socioeconômicas quanto socioambientais (Barreto et al., 2020, 2021) e a “ascensão da questão ambiental trouxe ao debate a degradação da natureza ligada ao consumo crescente dos recursos naturais nas sociedades contemporâneas” (Barbosa et al., 2016, p. 25).

O termo “desenvolvimento sustentável” surgiu a partir de estudos da Organização das Nações Unidas em respeito as mudanças climáticas. Na Comissão de Brundtland foi desenvolvido o relatório denominado “Nosso Futuro Comum”, neste relatório encontra-se a definição mais difundida do conceito: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (Barbosa, 2008, p. 02).

Apesar dos benefícios sociais e econômicos, deve-se considerar que todas as atividades produtivas são impactantes ao meio ambiente, especialmente quando executadas de maneira

inadequada, portanto caso haja “um planejamento do uso de recursos e estratégias que assegurem o desenvolvimento pretendido, dificilmente um princípio ou uma causa terá adquirido tanta adesão e consenso” (Eler & Millani, 2007, p. 34).

De acordo com Souza (2001), a história da formação econômica da Amazônia é caracterizada por ciclos econômicos de expansão, de apogeu e seu declínio, com a transferência de mazelas e problemas para o próximo ciclo, sem conseguir a sua efetiva continuidade (Costa, 2019).

Devido às problemáticas da ruptura dos ciclos econômicos na Amazônia (Homma, 2014) e do uso desordenado da terra (Becker, 2004), conseqüentemente tem-se a exploração desequilibrada dos recursos naturais da Amazônia. Leripio e Leripio (2015), para amenizar esta problemática propõem a consolidação das cadeias produtivas (dimensões econômicas e sociais) e posteriormente sustentáveis (dimensão ambiental).

Montibeller-Filho (2017, p. 18) lembra que para “uma empresa capitalista, duas questões são fundamentais: obter lucro e manter-se no mercado”. As instituições empresariais têm sido gradativamente cobradas pela sociedade a atuar por meio de modelos alinhados às propostas do desenvolvimento sustentável e a pensar padrões de negócio, produtos e serviços que viabilizem ao cidadão o atendimento de suas necessidades ao menor custo socioambiental (Carvalho, 2011).

A motivação para realização deste estudo advém da necessidade de compreender como as certificações ambientais podem potencializar a gestão dos territórios sustentáveis do Baixo Amazonas a partir das práticas de produção artesanal da sociobiodiversidade da Amazônia?

Apresentação do objeto da pesquisa

O intuito deste tópico é situar o leitor sobre a localização da experiência estudada e, bem como, sua trajetória histórica da institucionalização do Projeto *Waraná*¹. Segundo Geraldo (2020, p. 56), a área indígena Andirá-Marau é “habitada pelo povo Sateré-Mawé, concentra cerca de 80 aldeias espalhadas ao longo das beiras de rios e afluentes. A região é considerada um santuário ecológico e cultural do Guaraná dos Sateré-Mawé”.

Observa-se desta forma um território indígena do guaraná, onde a mais importante herança desse povo foi a “domesticação” do cultivo do guaraná e os aprendizados adquiridos ao decorrer do tempo. Os Sateré-Mawé habitam o território indígena denominado Andirá-Marau, o qual se localiza na região do médio rio Amazonas, na divisa entre o estado do Amazonas e Pará. Em 1982, foi publicada a portaria de demarcação do território, entretanto sua homologação ocorreu em 06/08/1986. Desta maneira, a Terra Indígena Andirá-Marau abrange atualmente uma área de 788.528 ha e perímetro de 477.7 km. No Estado do Amazonas (Brasil) encontrasse disposta pelos municípios de Maués, Barreirinha, Boa vista do Ramos e Parintins. Já, no estado do Pará, ao longo dos municípios de Itaituba e Aveiro.

O povo Sateré-Mawé aprendem ao decorrer de sua vida, por meio dos diversos relatos ancestrais, que ele é mais um “filho do guaraná”, que seu povo nasceu da mesma terra pela qual nasceu o guaraná. Deste modo a planta caracteriza-se como autêntica fortaleza, tanto de si própria quando para sua etnicidade. De tal modo, o guaraná tem sido instrumento garantido nos movimentos

¹ *Waraná* é o nome originário, no idioma Sateré-Mawé, o qual deriva, em português, a palavra guaraná.

de resistência étnica e cultural, desde aqueles objetivando à regularização e proteção do seu território, aos de reestabelecimento de sua autonomia econômica, perdida por efeito das inúmeras ascensões e declínios das cadeias produtivas de produtos extrativistas (Figueroa, 2017).

Em 15 de setembro de 1987, com o propósito de representar institucionalmente o povo Sateré-Mawé foi criado o CGTSM (Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé). E no ano seguinte suas lideranças participaram em Brasília da constituinte de 1988, adquirindo direitos para os povos indígenas brasileiros, a autonomia do uso exclusivo de suas terras, garantidos pela demarcação da mesma, conforme apresentados nos artigos no 231 e no 232 da Constituição Federal do Brasil. Além do reconhecimento de suas tradições, costumes, saúde e educação diferenciadas e sua organização social como um todo (Constituição Da República Federativa Do Brasil de 1988, 1988).

A reserva indígena Andirá Marau é gerida pelo Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM) uma organização política do aldeamento Sateré, formado por 90 tuxauas, com o propósito de proteger seu território das ações ilegais referentes aos desmatamentos e a instalação de mineradoras aos arredores de sua reserva, visando sua autonomia por meio do comércio de produtos provenientes do seu território.

Para que os indígenas pudessem autogerir seu próprio território, fez-se necessário a reformulação do Estatuto CGTSM igualando sua estrutura a dos governos municipais, estaduais e federal. Conforme Ferreira (2017) a primeira secretária do encarrega-se de procedimentos associados a educação e cultura, nela estão agregadas ações políticas que relacionam a liberdade pedagógica na escola e a formação dos professores indígenas. Essa capacitação dos professores indígenas é realizada de maneira diferenciada, por meio da licenciatura intercultural, objetivando introduzir em suas condutas pedagógicas questões ligadas diretamente a cultura Sateré-Mawé.

A segunda secretária corresponde a área da saúde e baseia-se na revitalização dos saberes tradicionais ligados a saúde e a doença, implementando e enfatizando políticas apropriadas para reavivar esses conhecimentos com o auxílio da secretaria Municipal de Saúde Indígena, representante da política indigenista.

A terceira divisão aborda o desempenho político voltado ao ambiente, especialmente no que se refere a temas relacionados a educação ambiental, perfeitamente posta em ações como a coleta do lixo dentro do território indígena, sendo efetivado e aplicado pela força feminina indígena.

A quarta secretária cuida das ações de produção ou economia lideradas pelo Consócio de Produtores Sateré-Mawé (CPSM), que nasceu para gerir demandas do exterior e legalizar a comercialização dos produtos Sateré-Mawé com o comércio justo europeu. Houve essa necessidade de gerenciamento dos recursos oriundos de compras e vendas, pois o CGTSM foi criado para fins políticos e consequentemente não poderia emitir documentos fiscais para fins comerciais e de exportação.

A quinta, está encarregada pela observação e por todo diálogo com entidades de fiscalização. E por último e, a sexta secretária em que o responsável por ela efetua o mesmo trabalho de um agente da receita federal, ou seja, fica encarregado de registrar todos os recursos que adentrarem, sejam eles governamentais ou não, assim como os produtos do próprio território indígena.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A origem da certificação ambiental

Após a década de 70 surgiram inúmeras normas de certificação e leis ambientais devido à alta pressão da sociedade e dos mercados consumidores, com anseio por produtos gerados em sistemas com menor impacto ao meio ambiente, resultando na necessidade de novos métodos para regular a qualidade, o processo de produção e que também incorporasse o desempenho ambiental (Pessoa et al., 2002)

O conceito de certificação ambiental “passa a ser o de rotulagem ou etiquetagem baseada em considerações ambientais, destinada ao público, certificando que o produto originado de determinado processo apresenta menor impacto no ambiente em relação a outros produtos comparáveis, disponíveis no mercado”. Seguindo nessa linha Santiago e Nogueira (2016, p. 1) estipula que “A certificação[...] tem sido considerada um importante instrumento para a conservação da sustentabilidade global, através de seus rigorosos princípios e critérios que possibilitam que o manejo florestal ocorra de maneira ambientalmente adequada, socialmente benéfica e economicamente viável”.

Já Pessoa, Silva e Camargo (2002) a certificação socioambiental objetiva distinguir produtos originários de métodos de produção ambientalmente adequados, socialmente justos e economicamente viáveis, onde as certificadoras são responsáveis pela avaliação e desempenho das ações desempenhadas em relação aos padrões mínimos exigidos.

Existem diferentes selos de certificação com características diferentes entre si, os quais convergem nos seguintes aspectos: 1) quando ocorre a obtenção da certificação consequentemente surge incentivos econômicos, pois esta ação resulta de uma sobre taxa ao produto chegar ao mercado; 2) a certificação se caracteriza como método de produção, não como produto. Ou seja, a certificação se resume ao processo; 3) existem critérios para a obtenção da certificação, os quais o produtor deve obedecer, cabendo a uma entidade contratada julgar a efetuação dos critérios, e 4) a certificação não é um processo obrigatório, cabe ao produtor escolher participar (Guhl, 2009, p. 117).

A certificação *Slow food*

A origem da certificação *Slow food* segundo Gentile (2016, p. 32) remontam “ao período de grande efervescência política e cultural que caracterizou a Itália, a Europa, assim como outras regiões do mundo, a partir do final da década de 1960 e durante a década de 1970”. Iniciou-se na Itália, na década de 70, inúmeros conflitos sociais e políticos que serviram de base para o início do movimento *Slow food*.

Para Valduga e Minasse (2020, p. 3) foram os “[...] jovens da esquerda ativista italiana, passaram a dedicar-se a iniciativas populares[...] com passar dos anos, a política dos jovens se voltou para ações de ordem cultural e de identidade regional”. Foi nesse cenário que decorre “o Movimento *Slow food* [...] iniciou-se em 1986, na Itália, como resposta à *Fast Food* (FF) e ao agronegócio em grande escala” (Ferreira, 2009, p. 9).

O escritor italiano Carlo Petrini fundou o movimento *Slow food*, em virtude, de mais protesto organizado contra a abertura de mais um restaurante *Fast Food*, na famosa Piazza di Spagna, em Roma. Porém, “apenas em 9 de novembro de 1989, com a assinatura do manifesto *Slow food* em Paris, ele foi criado oficialmente. Hoje engloba cerca de 83.000 pessoas em 104 países” (Ansiliero, 2006, p. 26).

Atualmente, o ritmo de vida da sociedade moderna é oriundo do atual modelo econômico hegemônico. O *Slow food* é conceituado como um movimento que tem como objetivo a manutenção e recuperação das tradições culinárias das mais variadas culturas e sociedades. Mais do que um movimento gastronômico, o *Slow food* tem um forte caráter social, político e ético, já que desenvolve inúmeros projetos voltados para agricultura, para pesca e para a criação de animais de forma sustentável, de modo que “[...]o pequeno produtor rural possa retirar seu sustento de forma digna e, ao mesmo, preservar a biodiversidade. Neste sentido, muitos o definem como um movimento de ecogastronomia” (Valduga & Minasse, 2020, p. 28).

O movimento abrange questões quanto a qualidade dos alimentos, das preparações e da forma como são consumidos, focalizando na desaceleração do ritmo de vida atual. Para Campos (2004, p. 38) “é dedicar tempo ao ato da alimentação e pensar sobre os alimentos ingeridos enquanto se compartilha as refeições com amigos e familiares, é a busca da convivência sobre a conveniência”.

Segundo Ferreira (2009, p.7) define que o “*Slow food* baseia-se no princípio da qualidade alimentar e do paladar, bem como da sustentabilidade ambiental e de justiça social - na sua essência é baseada num sistema alimentar “bom, limpo e justo”. Já, Gentile (2016, p.18), “o *Slow food* almeja uma alimentação saudável e com qualidade, defendendo a naturalidade e respeitando a produção alimentar e seus ciclos naturais, busca a saciedade de forma equilibrada evitando desperdícios”.

Gestão territorial

Na origem de gestão territorial indígena, segundo Sousa e Almeida (2013), os territórios ocupados e utilizados pelos povos indígenas em geral têm grande importância pela representatividade cultural que é passada ao longo dos tempos para as futuras gerações, esses locais têm valor simbólicos e histórico para esses povos. No decorrer da história a regularização fundiária tem ocupado um cargo de destaque para os povos indígenas e para quem os apoia nessa luta. Apenas na constituição de 1988, especialmente por meio dos Artigos 231 e 232 que essas demandas foram de fato legitimadas pelo Estado Brasileiro, garantindo os direitos para os povos indígenas.

O Artigo 231 deu ênfase ao tema sobre o direito a terra e ao território indígena deixando definido o reconhecimento do Estado Brasileiro ao direito territorial indígena como oriundo, ou seja, admitindo que esse direito ao território surgiu antes da ocupação colonial. Ademais, seguem relatando que as terras indígenas são consideradas como pertencentes à União, dessa forma compartilham a responsabilidade de manutenção com o Estado. Além de serem assegurados pela constituição ao direito a posse permanente e ao usufruto exclusivo das riquezas locais.

Atualmente, os instrumentos de gestão territorial e ambiental das terras indígenas estão, cada vez mais, sendo reconhecidos como apoio a sustentabilidade. A gestão de território é a forma de

como são conduzidos e cuidados os locais ocupados tradicionalmente pelos povos indígenas com significado cultural que passa de geração em geração. Por meio do reconhecimento e valorização dos conhecimentos indígenas, a Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas aglutina tanto a dimensão política do controle territorial quanto a dimensão ambiental da melhor maneira possível. Pois as atividades voltadas para sua sustentabilidade, envolvem ambas as dimensões, sejam elas de ordenamento jurídico ou de gestão ambiental (Litte, 2006).

Os Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas devem ser construídos de acordo com as particularidades de cada povo, pois cada terra contrasta conjuntos regionais diferentes, desenvolve interesses próprios e tem necessidades específicas sociais, culturais, políticas, econômicas e ambientais. Para isso são indicados os seguintes princípios para os PGTA: 1) O protagonismo indígena, sendo um mecanismo criado por eles e para eles de acordo com seus anseios para o futuro, em união com parceiros da sociedade civil e o governo; 2) Legalidade: em todo o domínio do ordenamento jurídico nacional devem respeitar as regras vigentes das especificidades indígenas; 3) Sustentabilidade: os povos indígenas buscam pela satisfação de suas necessidades presentes de maneira sustentável, sem comprometer o futuro das próximas gerações; e, 4) Estabelecimentos de alianças ou acordos: para que os planos possam ser desenvolvidos são necessários que acordos sejam feitos através de diálogos internos e externos visando a conclusão das ações planejadas com eficiência e eficácia das políticas públicas e outros serviços prestados aos povos indígenas (Lorenz, 2015).

A origem da Agroecologia no Brasil

Após a segunda guerra mundial, Ana e seu esposo Artur Primavessi, mudam-se para o Brasil transformando a antiga visão de agricultura tropical, apresentando um novo modelo de manejo ecológico do solo, que respeita a situação de cada lugar (eco = lugar). A partir daí, Ana Primavessi, estabeleceu os fundamentos do que se chamou na agronomia de agroecologia uma ação agrícola que busca recompensar toda a riqueza que a natureza proporciona e não usa demasiadamente dos recursos do solo até o seu limite (Knabben, 2019).

No decorrer da década de 1970 a agroecologia e os produtos orgânicos iniciaram sua comercialização na Europa. Porém, a consolidação desse movimento se deu no final da década de 1980, obtendo crescimento significativo, já na metade dos anos 1990, através da regularização e padronização de produção, sequenciamento e comercialização (Mattei & Michellon, 2021).

Conhecida como uma ciência, a Agroecologia proporciona uma ordem metodológica de serviço voltados para um entendimento mais profundo, sejam referentes à natureza dos agroecossistemas ou as convicções segundo as quais eles atuam. É uma nova visão que engloba princípios agroeconômicos, ecológicos e socioeconômicos à percepção e análise da ação das tecnologias nos conjuntos agrícolas e para a comunidade em geral. A Agroecologia prevê os princípios ecológicos necessários para o aprendizado e tratamento dos ecossistemas, sejam eles produtivos ou, conservadores de recursos naturais e, devem ser culturalmente sensíveis, socialmente justos e economicamente viáveis (Altieri & Nicholls, 2002).

A agroecologia é compreendida como uma área de saberes de conteúdo multidisciplinar, que anseia colaborar na elevação de tipos de agricultura de origem ecológica e na construção de planos de expansão rural, tendo como orientação os princípios da sustentabilidade, em um ponto de vista globalizado de tempo prolongado.

Cadeia produtiva

O conceito do agronegócio é bastante extenso, em razão disso nem sempre se ajusta de acordo com a criação de planejamentos setoriais, por esse motivo nasceu o conceito de cadeia produtiva, como sistemas dentro de sistemas do agronegócio, que é composto por diversas cadeias produtivas ou subsistemas dentro do setor agrícola. Ou seja, as cadeias produtivas possuem em seus subsistemas vários sistemas de eficiência, gerando assim a produtividade agrícola. Essa visão originou-se na década de 1980, e foi grandemente expandida na década de 1990, o que contribuiu para a evolução e crescimento de métodos analíticos de maneira consistente (Castro et al., 2002)

O conceito de cadeia produtiva abrange várias áreas do conhecimento, desta forma para a cadeia produtiva pode ser determinada como um grupo de elementos que se relacionam em um sistema produtivo, para propor serviços ou produtos ao mercado consumidor. Já, Castro e Lima (2003) relatam que o conceito de cadeia produtiva foi definido como ferramenta de visão sistêmica, que integra o princípio de que a produção de bens pode ser desenvolvida como um sistema, ou seja, onde inúmeros sujeitos encontram-se interconectados por meio de fluxos de materiais, meios de pesquisa, pretendendo assim preencher um mercado consumidor final com os produtos advindos do sistema.

Porém, Shibao et al (2017) descrevem a cadeia produtiva como um grupo de tarefas econômicas que encadeiam gradativamente, a começar do princípio da fabricação de um produto. Nesta percepção, as cadeias procedem da divisão do trabalho e da interdependência superior cercada por todas as partes produtivas, abrangendo seus elos através de matérias-primas essenciais, os aparelhos e ferramentas, os produtos de consumo mediador e do produto acabado, assim como com a sua repartição e comercialização.

PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Pela sua natureza, a pesquisa se enquadra como aplicada e, do ponto de vista de seus objetivos, ela se caracteriza por ser descritiva. Quanto a sua abordagem, esta será qualitativa com o uso do método indutivo, o qual conduz a conclusões e, após considerar um número suficiente de casos particulares, conclui uma verdade geral, relacionada com percepções abstratas não quantificáveis (Severino, 2016). Com adoção deste método, será possível observar e descrever os impactos socioambientais da utilização da certificação ambiental com ênfase no '*Slow food*' na Terra Indígena Andirá-Marau.

A metodologia a ser aplicada nesta pesquisa está dividida entre bibliográfica, documental. De acordo com Marconi e Lakatos (2013, p. 28), a pesquisa se caracteriza como bibliográfica “quando elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, material disponibilizado na Internet”. Já, a pesquisa documental utiliza como fonte

documentos de maneira ampla, desta forma, não usufrui só de documentos impressos, mas de preferência de vários tipos de documentos, tais como fotos, jornais, gravações, estatutos, filmes, documentos legais. Nos devidos materiais citados, percebe-se que os conteúdos ainda não passaram por nenhum tratamento minucioso, são desta forma matéria-prima, a partir desta o pesquisador vai desenvolver seu estudo e investigação (Mattar, 2017).

Para subsidiar o diagnóstico serão utilizadas informações disponíveis na literatura científica. Além desta caracterização acima, buscou-se analisar o Projeto Autônomo integrado de Etnodesenvolvimento do povo Sateré-Mawé (PAIESM) também pelos vieses da certificação *Slow food*. Devido à pandemia de Covid-19 houve alterações substanciais na metodologia inicial da proposta. Foi excluído deste trabalho tanto a pesquisa de campo quanto a aplicação do questionário qualitativo junto aos produtores Sateré-Mawé. Essas alterações seguem respaldadas pelo parecer do relatório parcial.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A certificação *Slow Food* foi fundada por Carlo Petrini em 1986, o *Slow Food* era caracterizado como enogastrônomico pois inicialmente sua meta era ajudar a preservar a satisfação gastronômica, a boa comida e um ritmo de vida sem pressa. Em um momento posterior esse movimento ampliou-se abrangendo questões ecológicas que visam o bem-estar na qualidade de vida global e a saúde do nosso planeta, transformando-se em uma iniciativa ecogastronomia. Do regional ao mundial, hoje o *Slow Food* é uma associação internacional de base que almeja modificar a visão das pessoas afim de torná-los aptos a apreciar um alimento bom para elas, para os produtores e principalmente para a natureza. Na atualidade o *Slow Food* reúne milhões de pessoas do planeta, contando com 100.000 associados conectados em mais de 160 países alguns deles possuem sedes nacionais como na Itália, Alemanha, Suíça, EUA, Japão, Reino Unido e Países Baixos (Slow Food Brasil, 2020).

O movimento *Slow Food* fundamenta-se na filosofia do gosto e da qualidade dos alimentos, assim como da sustentabilidade ambiental e de justiça comunitária – o seu fundamento é baseado num sistema alimentar “bom, limpo e justo”. A organização caracteriza-se busca incessante de estimular uma transformação cultural vasta que discorde dos efeitos devastadores do sistema alimentar industrializado e do ritmo de vida excessivamente acelerado que direcionam a uma degeneração cultural, econômica e social. Deste modo, o *Slow Food* protege um sistema alimentar sustentável, salvaguardando as tradições alimentares nativas e o prazer dos alimentos à mesa, gerando um ritmo de vida mais harmonioso e tranquilo (Ferreira, 2009).

Conforme Slow Food Brasil (2020), o lema do *Slow Food* reflete diversos valores que definem o que entendemos por alimento. O movimento oficializou na década de 2000 o significado de bom, limpo e justo no Manifesto *Slow Food* para a Qualidade, ao qual mais tarde acrescentou “para todos”, compreendendo a importância de reforçar uma narrativa ainda mais inclusiva.

Além disso, o *Slow Food* está envolvido com a defesa dos alimentos de origem ancestral e sustentáveis que possui importância, dos ingredientes primordiais, na preservação de técnicas de cultivo e tratamento e na salvaguarda da biodiversidade tanto de espécies lavradas como nativas. O

Slow Food reafirma que a melhor maneira de agricultura que pode proporcionar uma expectativa de desenvolvimento, particularmente para as áreas mais desfavorecidas do mundo, é aquela fundamentada no conhecimento de comunidades locais em equilíbrio com os ecossistemas que as envolvem (Slow Food Brasil, 2020).

De tal forma o *Slow Food* diverge completamente ao *Fast Food*. No *Fast Food* observamos o consumo imediato, industrializado, no qual os indivíduos subestimam o tempo, e desta forma, conseguem peculiaridades, convertendo-se algo a ser transformado em uma escala fabril do tempo gradativamente menor, mais desenvolvido. O *Slow Food* opõe-se, opta por uma desaceleração do tempo, como reprovação à própria modernidade, e a imposição de uma transformação nos modelos tanto de produção quanto de obtenção baseado em uma ideia de economia a qual teria fundamentação um pressuposto ético. Reflete-se desta forma uma demonstração do “mundo natural”, um “retorno” ao alimento “limpo”, sem agrotóxicos ou fertilizantes (Ferreira, 2017).

Para o *Slow Food* a educação exerce um papel fundamental na evolução seus projetos. E para auxiliar as pessoas nesse processo de redescobrimto dos prazeres do comer, no entendimento da importância de preocupar-se com a fonte dos alimentos, de quem os produz e como é o seu preparo, o *Slow Food* efetua treinamento dos sentidos e a percepção que aos poucos foram perdidas. Para tal, o *Slow Food* criou diversos programas educacionais para todos: crianças e adultos, sejam eles associados ou não (Slow Food Brasil, 2020).

Por meio deste tópico buscou-se enfatizar de forma descritiva a importância do *Slow Food* para os produtores de pequena escala de produção, agricultores familiares. O movimento utiliza metodologias agrícolas saudáveis ao meio ambiente, resultando em um desenvolvimento na proteção de alimentos originários, seus projetos buscam relacionar a qualidade de vida a uma boa alimentação, mas sem explorar a mão-de-obra daqueles que o produzem.

Por fim, no último objetivo específico foi proposto correlacionar os princípios do *Slow Food* com os princípios do Projeto Autônomo Integrado de Etnodesenvolvimento do povo Sateré-Mawé (PAIESM). Buscou-se verificar as aproximações entre elas, sendo elas, (i) cultura e biodiversidade, (ii) educação, (iii) economia, (iv) alimentação e saúde. É importante ressaltar que o *Slow Food* é apenas uma certificadora ambiental e o outro envolve a grandeza de um projeto de gestão territorial.

i) Cultura e Biodiversidade

De forma substantiva o povo Sateré semearam a cultura do guaraná pela Amazônia, a princípio como elemento social, cultural e alimentar, concebendo uma verdadeira territorialidade no usufruto do solo, de processos e produção. Essa territorialidade é definida ainda pelo sentido e pelo passado que o guaraná possui enquanto patrimônio cultural (Costa et al., 2017).

A primeira secretária do PAIESM está associada a valorização e defesa de sua riqueza cultural, do mesmo modo o *Slow Food* reconhece a importância da biodiversidade cultural, pois sem ela não existiria a biodiversidade alimentar. A comprovação da resiliência dessas sociedades tradicionais está na sobrevivência dos povos indígenas, associados por suas tradições línguas e culturas, conectadas ao território, vinculados historicamente ao meio ambiente em que habitam e consequentemente dependem.

Para o *Slow Food* o alimento também é a base da luta dos indígenas por melhores condições de vida para todos. Os povos indígenas constantemente estão envolvidos em conflitos ao redor do planeta em defesa de seus direitos, contra a ocupação de suas terras, das águas, o desgaste cultural, a generalização social e desigualdade econômica. Protegendo meios de conservação e a soberania alimentar e, ao mesmo tempo, resguardando a biodiversidade de raças oriundas, de animais e a diversidade vegetal. A relevância da biodiversidade não está ligada somente nas espécies animais e vegetais em si, mas, as incontáveis atividades humanas como a gastronomia, o artesanato alimentar e não alimentar, medicina tradicional, rituais e festas que jamais sobreviveriam a adesão de cultivos e métodos de produção e elaboração (Geraldo, 2020).

ii) Educação

Desde a introdução das colônias europeias na Amazônia o povo Sateré-Mawé é reconhecido como domesticadores e cultivadores do guaraná. O seu método de cultivo tradicional baseia-se em rituais de coleta de mudas originárias da floresta, diretamente das altas cabeceiras dos rios Andirá e Marau ou de capoeiras criadas naturalmente, que conforme a visão étnica dos indígenas são as mães do guaraná. Além disso eles utilizam algumas mudas adquiridas a partir de sementes, gerando uma versatilidade genética, mesclando as mudas baixo rendimento, com as de excelente rendimento e alta resistência as pragas, porém elas não permitem em suas plantações o uso de mudas advindas de clonagem (Silva, 2011).

Como fora descrito anteriormente, a primeira secretária do PAIESM busca manter uma educação diferenciada aos indígenas Sateré-Mawé, voltada para os saberes tradicionais, onde a capacitação dos professores deve-se por meio da licenciatura intercultural. Partindo da mesma premissa o *Slow Food* também valoriza os saberes adquiridos pela experiência. O Slow Food Brasil (2021) relata que o grupo multidisciplinar do *Slow Food* procura contribuir de maneira inovadora e diferenciada em relação aos processos educacionais vinculados aos alimentos, juntando metodologias que vão da terra à mesa. Contudo, para compor esse conjunto alimentar global a agroecologia tem ultrapassado a habitual troca de métodos agrícolas, agregando sabedoria tradicional, inovações científicas, técnicas e condutas sociais em um mesmo grupo, favorecendo a união dos movimentos sociais e a comunidade científica e, vem tornando-se uma grande referência. Ademais, o *Slow Food* desenvolve um projeto voltado para as práticas educativas, denominado Projeto Caracol, que tem como objetivo ensinar maneiras de adubar o solo gentilmente, pois considera o chão como ponto de partida para as mudanças desejadas através da educação. Esse caminho vem sendo formado de acordo com as veredas de uma educação que se sustenta através da experiência vivida.

E para os Sateré não foi diferente, visto que, para conquistar a detenção de duas fortalezas, tanto do mel quanto do guaraná se fez necessário que o protocolo Sateré passasse por uma adaptação do sistema tradicional de produção de acordo com os requisitos do mercado de certificações ambientais, que reconhecem o trabalho do povo Sateré por meio das experiências obtidas com o Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé (CPSM), atuante mais em mercado internacional do que nacional (Slow Food, 2012).

Os indígenas fazem o uso do protocolo Sateré-Mawé como método de ensino para as boas práticas de produção aos sócios iniciantes, esse protocolo funciona como uma espécie de manual que servirá de auxílio para as gerações presentes e futuras, não somente para a produção do guaraná, mas de todos os produtos comercializados pelo Consócio de Produtores Sateré-Mawé (Barreto et al., 2020).

Para garantir a continuidade de todo conhecimento cultural é necessário recuperar e manter o importante papel da comunidade. “*Slow Food* defende que todos têm o direito à educação, sem distinção de gênero, idioma, etnia ou religião. Educação deveria ser disponível em vários locais em qualquer idade, a fim de que não seja transferido para a próxima geração aquilo que podemos melhorar hoje” (Slow Food Brasil, 2020).

iii) Economia

O projeto “Fortaleza” alimentar, instaurado por volta dos anos 2004 e 2005, foi uma das maiores mudanças trazidas pelo Slow Food. Durante estes anos o guaraná era escasso, quase extinto. O bem colhido era muito pouco, não era lucrativo, e os guaranazais foram abandonados e, dessa maneira, as técnicas e saberes ligados à sua elaboração. A mudança ocorreu em detrimento da elaboração do Consócio e em virtude ao apoio do Slow Food e as demais organizações e parcerias, o corpo social da região começou a constatar que o guaraná, não era apenas um alimento sagrado, mas uma praticável fonte de renda para o grupo indígena (Slow Food Brasil, 2020 tradução nossa). A ideia de “desenvolvimento” socioeconômico para os Sateré-Mawé está estritamente ligada à ideia do “desenvolvimento” da semente do Guaraná (Nusoken, 2017). O comércio do guaraná, anteriormente ao projeto Sateré-Mawé, sintetizava-se a uma indústria capitalista, sua relação com os produtores era monopsonista, acarretando um incentivo para o comércio através de atravessador. Com a efetivação do projeto ocorreu um aumento considerável no preço de mercado do guaraná na região. A valorização no preço do guaraná se fez possível pela adoção das certificações ambientais, da *Slow Food* e das peculiaridades culturais imputadas ao produto dos agricultores familiares indígenas do CPSM, acarretando preços mínimos cinco vezes maiores do que os praticados na região (Barreto et al., 2021).

Ao associar a importância que a certificação *Slow Food* tem para o CPSM, pois a quarta secretária do PAIESM em conjunto com a referida certificadora, auxiliam na exportação do guaraná e economia do povo Sateré-Mawé como descreve Geraldo et al (2020) que: O *Slow Food* foi de suma importância para o desenvolvimento econômico, agrícola, territorial e social dos Sateré-Mawé, foi através dele que o povo indígena conseguiu alcançar renome e valorização aos seus produtos naturais.

O *Slow Food* atua no estado do Amazonas desde 2004, justamente em conjunto com os indígenas Sateré-Mawé, com a chegada do projeto Fortaleza do Waraná em união com o CPSM, o povo Sateré iniciaram a comercialização o Waraná internacionalmente, por meio de uma rede de comercio justo, o que proporcionou fornecimento de rendimentos aos produtores indígenas.

No decurso dos primeiros anos do projeto, foram realizados vários encontros e intercâmbios com os tuxauas e com os lavradores, para valorizar o Waraná. Pois sem o Sateré o Waraná não vive,

e sem o Waraná o Sateré não vive. Por meio da participação na rede do comércio justo internacional, o Waraná obteve valor adicionado, pelo ponto de vista econômico, cultural, ambiental, social e político.

O projeto Waraná do povo Sateré-Mawé vem tutelando vários programas e bandeiras no decorrer de sua história, destacando a crescente produção nos moldes tradicionais para além do foco centrado no guaraná, dando ênfase também a economia local integrada ecologicamente, voltada para a recuperação, valorização e promoção de tradições artesanais que correm risco de desaparecer, como por exemplo a cerâmica, os trançados e a recomposição florestal de espécies amazônicas ameaçadas de extinção: pau-rosa, copaíba, andiroba, muirapuama, unha-de-gato e outras espécies produtoras de sementes importantes para o artesanato e produção de cosméticos (Figueroa, 2017).

O *Slow Food* promove feiras com o intuito de divulgar os produtos oriundos da terra indígena Andirá-Marau com a finalidade de melhorar e consolidar a economia do Sateré. Os Mercados da Terra se caracterizam como feiras de produtos definidos de acordo com os princípios do *Slow Food*. As feiras são relevantes pontos de encontro social, dirigidas pela comunidade, nessas feiras os produtores locais comercializam seus alimentos com alta qualidade de forma direta ao consumidor, produtos desenvolvidos por métodos ecossistêmicos sustentáveis e com um preço justo.

O *Slow Food* possui uma rede de grupos de compra, a qual aproxima membros da fortaleza e compradores não apenas ao decorrer dos eventos, mas também como método facilitador de vendas diretas. Os grupos de compras são denominados na Itália como GAS (*Gruppi di Acquisto Solidare*), são dirigidos por membros e conviviam, os quais facilitam o encontro direto entre compradores e fornecedores, costumeiramente dentro de uma mesma região (Slow Food Brasil, 2021).

Devido as mudanças ocorridas na maneira de comercialização do produto nativo, ocasionados pela introdução das certificações do *Slow Food*, ocorreram mudanças dentro da organização dos Sateré-Mawé. Ferreira (2017) detalha que os produtos, internacionalmente e nacionalmente, mantenham os moldes da regularidade estabelecido pelo *fair trade*. Esta atividade comercial possibilitou a correlação da marca Sateré-Mawé com o turismo para a comercialização de produtos autorizados ou certificados.

iv) Alimentação e Saúde

A partir de 2018, o povo Sateré-Mawé em parceria com o *Slow Food* vem desenvolvendo produtos voltados a alimentação. Assim, o povo indígena iniciou um projeto de fornecimento de merenda escolar vinculado ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em conjunto com o Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia (IFAM). Este projeto buscou fornecer uma alimentação saudável aos discentes das escolas municipais indígenas na região do Baixo Amazonas. Esta ação só foi possível a partir da nota técnica (nº 01/2017/ADAF/SFA-AMMPF-AM), por meio desta nota ocorreu a facilitação do fornecimento dos produtos agrícolas (tanto animal quanto vegetal) dos cultivadores indígenas aos editais de aquisição pública da merenda escolar.

Devido esta sustentação técnica-jurídica, a produção vegetal processada, como produção de vinho de bacaba, açaí e buruti, caldo de cana e sucos diversos, da mesma maneira com a produção animal (peixe, ovo, galinha, entre outros) encontra-se dispensada da autorização da vigilância

sanitária, devido ao caráter familiar deste beneficiamento. Os agricultores indígenas enumeraram uma lista com 26 produtos de origem natural. Por meio do projeto, os discentes indígena tiveram acesso a uma alimentação de qualidade, orgânica, que possibilitava uma segurança alimentar e nutricional, garantindo assim uma alimentação que atenda a cultura alimentar do povo Sateré-Mawé (Slow Food Brasil, 2021).

Na segunda secretária do PAIESM a restauração dos conhecimentos ancestrais ligados a saúde, vem como prioridade, mas, como sabemos uma alimentação de qualidade influencia diretamente nesta questão. Segundo Geraldo et al (2020) para preservar a saúde dos grupos indígenas Sateré-Mawé é necessário optar por uma produção para o consumo familiar de alimentos agroecológicos, essa prática consequentemente reduz os custos, livrando-se da compra de alimentos industrializados advindos da cidade. Espera-se que o programa da alimentação escolar indígena possa cada vez mais se estabelecer, pois contribui com o melhoramento da qualidade da alimentação, saúde e da renda de produtores e produtoras Sateré-Mawé. Não podemos esquecer da importância do uso de ervas medicinais, que são plantas que auxiliam em tratamentos e curas advindas de saberes tradicionais, cultivadas em sua maioria nos arredores de suas moradias e, também geram uma certa economia em seus gastos.

Após todas essas aproximações supracitadas, podemos analisar que os impactos socioambientais da certificação *Slow Food* são extremamente positivos, nos âmbitos econômicos, pois a comercialização do Waraná gerou renda ao povo Sateré garantindo seu sustento; nos ambientais pois com o apoio da certificadora conseguem manter os recursos originários da floresta e sua cultura advinda dos saberes de seus antepassados; as questões educacionais também tem grande importância, pois, auxilia e mantém o interesse dos jovens na aprendizagem, dando a eles um caminho para que possam sonhar com um futuro próspero e, colher os frutos de seu trabalho.

CONCLUSÃO

A certificação *Slow Food* tem um papel fundamental nessa luta em defesa da biodiversidade, compartilhando dos mesmos princípios e objetivos do Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé (CGTSM), apoiando as comunidades locais, fortalecendo as cadeias que valorizem as tradições, os direitos universais e as importantes causas do povo Sateré-Mawé.

Uma importante conquista observada neste estudo, foi a implementação do projeto de gestão territorial, o PAIESM, o qual possibilitou a autonomia do povo Sateré perante ao seu território, fortalecendo seus objetivos que são o resgate e valorização de sua cultura, objetivando alcançar sua subsistência através dos recursos nativos da floresta, em busca não somente do valor econômico adquirido na comercialização de seus produtos, mas, no resgate e manutenção dos valores sociais e culturais de seus antepassados.

Por último, percebe-se que o *Slow Food* contribuiu para a promoção do desenvolvimento regional introduzindo métodos agroecológicos nas cadeias produtivas amazônicas, mesclando técnicas científicas e conhecimentos tradicionais, para que junto com o Consócio de Produtores Sateré-Mawé fosse possível sanar a problemática, caracterizada pelo início, apogeu e declínio das agriculturas do Amazonas. Isso posto, foi possível verificar o pleno funcionamento de sua cadeia

produtiva, bem como, a valorização das riquezas naturais como um museu, mas sim, como cultura que vive e integra o mundo globalizado. Vale ressaltar que devido a pandemia não foi possível obter os resultados propostos inicialmente por esta pesquisa, mas na medida que ela exaurir, pretende-se renovar este projeto de iniciação científica com o intuito de realizar a pesquisa de campo.

AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem à FAPEAM, pelo apoio financeiro concedido à realização de pesquisa de campo, por meio do projeto “Cadeia Socioprodutiva da Meliponicultura Selvagem do Consórcio dos Produtores Sateré-Mawé”, aprovado na chamada EDITAL N. 003/2020 – PAINTER.

REFERÊNCIAS

- Altieri, M. A., & Nicholls, C. I. (2002). Un Metodo Agroecologico Rapido para la Evaluación de la Sostenibilidad de Cafetales. *Manejo Integrado de Plagas y Agroecología*, 64, 17–24. agroeco3@nature.berkeley.edu
- Ansiliero, G. (2006). O Movimento Slow Food: a Relação Entre O Homem, Alimento e Meio Ambiente. *Centro de Excelência Em Turismo*, 1(1), 1–54.
- Barbosa, B., Franchi, T., & Gentil, V. (2016). Avaliação do gerenciamento de resíduos perigosos em indústria de defensivos agrícolas. *Revista Brasileira de Ciências Ambientais (Online)*, 41, 24–41. <https://doi.org/10.5327/z2176-947820160025>
- Barbosa, G. (2008). O Desafio do Desenvolvimento Sustentável. *Revista Visões*, 1(4ª), 1–12.
- Barreto, W. S., Sampaio, C. A. C., Bilotta, P., & Jardim, M. A. G. (2021). CADEIA PRODUTIVA SUSTENTÁVEL DO WARANÁ NA AMAZÔNIA. In A. S. M. Filocreão, A. Pizzio, & I. M. Theis (Eds.), *Intenções de desenvolvimento em espacialidades desiguais*. EDUFT.
- Barreto, W. S., Sampaio, C. A. C., Bilotta, P., Romano, R. G., & Jardim, M. A. G. (2020). TERRITÓRIO SUSTENTÁVEL NA AMAZÔNIA: um estudo sobre a experiência de gestão territorial do povo Sateré-Mawé. *Red Iberoamericana de Intricados Sobre Globalization y Territorio*, 1(1), 1–27.
- Becker, B. K. (2004). A Amazônia e a política ambiental brasileira. *Geographia*, 6(11), 1–16.
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, Pub. L. No. 3, 300 (1988).
- Campos, K. R. (2004). Movimento slow food: uma crítica ao estilo de vida fast food. *Centro de Excelência Em Turismo*, 1(1), 1–31.
- Carvalho, A. P. DE. (2011). Gestão Sustentável de Cadeias de Suprimentos: Análise da indução e implementação de práticas socioambientais por uma empresa brasileira do setor de cosméticos [Fundação Getúlio Vargas]. In *Fundação Getúlio Vargas* (Vol. 1). <https://doi.org/10.1017/CBO9781107415324.004>
- Castro, A. M. G. De, & Lima, S. M. V. (2003). Cadeia Produtiva e Prospecção Tecnológica Como Ferramentas Para a Formulação de Estratégia. *I Encontro de Estudos Em Estratégia*, 1(1), 1–16.
- Castro, A. M. G. de, Lima, S. M. V., & Cristo, C. M. P. N. (2002). Cadeia produtiva: marco conceitual para apoiar a prospecção tecnológica. *XXII Simpósio de Gestão Da Inovação Tecnológica*, 14.

- Costa, L. F. B. da, Cruz, M. de J. M. da, Serrão, A. M., & Andrade, F. A. V. (2017). Campesinato, produção do guaraná e monopolização do território pelo capital no município de Maués-AM. *Revista Observatorio de La Economía Latinoamericana*, 3(3), 1–20.
- Costa, F. (2019). *A Brief Economic History of the Amazon (1720-1970)*. Cambridge Scholars.
- Eler, M. N., & Millani, T. J. (2007). Métodos de estudos de sustentabilidade aplicados a aquicultura. *Revista Brasileira de Zootecnia*, 36(suplemento especial), 33–44.
- Ferreira, A. R. A. C. (2009). The Slow Food Movement. In *Aspectos Generales De La Planificación Tributaria En Venezuela* (Issue 75). Universidade dp porto.
- Ferreira, G. A. A. (2017). *Wará: ensaios sobre as interferências do comércio justo na formação política das lideranças Sateré-Mawé*. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) - Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA), Universidade Federal do Amazonas, Manaus-AM.
- Figuerola, A. (2017). *Guaraná, a máquina do tempo dos Sateré-Mawé* (1st ed.). PMM.
- Gentile, C. (2016). *Slow Food na Itália e no Brasil. História, projetos e processos de valorização dos recursos locais*. Universidade de Brasília.
- Geraldo, R. (2020). *Slow Food na Terra Indígena Andirá-Marau: fortalecendo a soberania e segurança alimentar e nutricional* (1st ed.). Associação Slow Food do Brasil.
- Guhl, A. (2009). Café, bosques y certificación agrícola en Aratoca, Santander. *Revista de Estudios Sociales*, 32, 114–125. <https://doi.org/10.7440/res32.2009.08>
- Homma, A. K. O. (2014). Guaraná: passado, presente e futuro. In A. K. O. Homma (Ed.), *Extrativismo Vegetal na Amazônia: história, ecologia, economia e domesticação* (pp. 305–319). Embrapa.
- Knabben, V. M. (2019). A extraordinária história de vida de Ana Maria Primavesi. *Estudos Avançados*, 33(96), 459–476. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2019.3396.0023>
- Leripio, A. D. A., & Leripio, D. C. (2015). Cadeias produtivas sustentáveis. *Períodicos UFSC*, 1, 142–159.
- Litte, P. (2006). *Gestão Territorial em Terras Indígenas: Definição de conceitos e proposta de diretrizes*. Acre.
- Lorenz, S. (2015). Enciclopédia dos Povos Indígenas no Brasil. *Instituto Socioambiental (ISA)*, 1–11.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2013). *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragem e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. (7th ed.). Atlas.
- Mattar, J. (2017). *Metodologia científica na era digital*. Saraiva.
- Mattei, T. F., & Michellon, E. (2021). Panorama da agricultura orgânica e dos agrotóxicos no Brasil: uma análise a partir dos censos 2006 e 2017. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 59(4). <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.222254>
- Montibeller-Filho, G. (2017). Empresas e Sustentabilidade Econômica. In A. Philippi Jr, C. A. C. Sampaio, & V. Fernandes (Eds.), *Gestão empresarial e sustentabilidade*. (p. 1139). Manole.
- Nusoken. (2017). *A caminhada do CPSM - Pousada Vinte Quilos*. Portal Dos Filhos Do Waraná. <http://www.nusoken.com/home/a-caminhada-dos-produtores>
- Pessoa, M. C. P. Y., Silva, A. de S., & Camargo, C. P. (2002). Qualidade e Certificação de Produtos

- Agropecuários. *Embrapa Meio Ambiente-Texto Para Discussão*, 14, 118.
- Santiago, D. R., & Nogueira, J. M. (2016). Certificação ambiental e Sustentabilidade na Amazônia: A experiência da empresa Precious Woods Amazon. *XX Encontro Abep*, 1–19.
- Severino, A. J. (2016). *Metodologia do trabalho científico* (24th ed.). Cortez.
- Shibao, F., Moori, R. G., & Santos, M. R. (2017). Cadeia de Suprimento Verde. In C. A. C. Sampaio, V. Fernandes, & A. Philippi Jr (Eds.), *Gestão empresarial e sustentabilidade*. (p. 1139). Manole.
- Silva, G. M. (2011). Estudo comparativo de técnicas de cultivo, sistemas de produção e de processamento de guaraná, para os Sateré-Mawé e os agricultores familiares da região de Maués, AM. *Ministério Da Agricultura, Pecuária e Aquicultura - FAO*, 1–21.
- Slow Food, B. (2012). *Apaixonados por gastronomia*. Slow Food Brasil. <http://www.slowfoodbrasil.com/>
- Slow Food Brasil. (2020). *Apaixonados por gastronomia*. SLOW FOOD.
- Slow Food Brasil. (2021). *Caracol de práticas educativas* (Slow Food Brasil (ed.)). SLOW FOOD.
- Souza, C., & Almeida, F. (2013). *Gestão Territorial em Terras Indígenas no Brasil*. Socioambiental.
- Souza, M. (2001). *Breve História da Amazônia* (1st ed.). AGIR.
- Valduga, V., & Minasse, M. H. S. G. G. (2020). As práticas do Slow Food no Brasil: uma análise das relações de hospitalidade e turismo no espaço cotidiano da região Sul do país. *Revista Brasileira de Pesquisa Em Turismo*, 15(1), 1819–1819. <https://doi.org/10.7784/rbtur.v15i1.1819>